CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

n.º 42 | Abril - Junho 2011

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Sumário

3 Editorial

4 EUROFOR – Exercício DRAGÃO PADRELA

8 Os Media e o Medo – Difusão do Terror na Opinião Pública

11 Quem fiscaliza os fiscais?

14 O papel das PME nas Indústrias de Segurança e Defesa

18 O Ensino Superior Militar em Portugal

23 Na gávea da Nau – Na procura de rumo para a Educação e para o Ensino

27 Actualidades & Acontecimentos

33 Sábados Culturais – Visita ao Porto de Sines

34 1 de cada vez – Vasco Joaquim Rocha Vieira

Capa: Fachada do IESM

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

Direcção **Isabel Maria Meirelles** Edição **Francisco Marques Fernando** Composição Gráfica **Elisa Pio** Colaboração Fotográfica **Lusa - Agência de Notícias de Portugal,** Impressão **Europress, Lda** Rua João Saraiva, 10-A - 1700-249 Lisboa Tel: 218 444 340 - Fax: 218 492 061 E-mail: Europress@mail.telepac.pt Tiragem **1000 Exemplares** Depósito Legal nº **260726/07**

AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa • Tel : 213 465 888 • Fax: 213 257 886 •E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

www.aacdn.pt

Editorial

Caros Associados,

Um dos artigos de fundo deste número do Boletim Informativo *Cidadania e Defesa* tem como temática a questão do ensino superior universitário militar, da autoria do Almirante Luis Macieira Fragoso, que nos dá uma visão histórica e actual deste ensino e que nos explica as suas sucessivas reformas, para concluir que estão criadas as condições para que exista uma maior e melhor interacção entre os ensinos superiores militar e civil, o que dará um forte impulso no desejável sentido de esbater a fronteira entre estes.

Na senda do ensino, a rubrica, já habitual, *Na Gávea da Nau*, do nosso associado Dr. Pinho Neno, bem como a participação do Engenheiro Carlos Beaumont, numa reflexão actual de saber quem fiscaliza os fiscais e, ainda, do Dr. André Inácio sobre a, cada vez mais real, temática dos Media e o Terror. Externamente, contamos também, neste número, com a colaboração do General Melo Correia que expende sobre os desafios e as oportunidades dos novos *clusters* e do papel que as PME desempenham nas Indústrias de Segurança e Defesa.

Contudo, saliento com especial empenho o capítulo das actividades que a AACDN veio a desenvolver neste trimestre, que demonstram a possibilidade de repetir ou de conceber novas visitas, a maior parte delas nunca realizadas pelos nossos associados. Mais do que actividades meramente lúdicas, o desiderato destas é de estudar e aprofundar outras realidades do País de que nós, mais do que o comum cidadão, temos obrigação de ter conhecimento e opinião formada, considerando as dificuldades financeiras económicas e orçamentais que Portugal sofre actualmente.

Com efeito, hoje, mais do que nunca, em que a palavra crise é uma das mais repetidas, temos o dever de contribuir, cada um no seu domínio, estreito ou largo de acção, para que o País saia deste período conturbado de forma serena e sem excessivos rasgões no seu tecido social.

Assim, na vertente militar das nossas actividades, foram apresentados cumprimentos ao novo General CEMFA e efectuadas visitas à Base Aérea nº 5, à Esquadrilha de Submarinos e, a convite do General CEME, a participação no exercício DRAGÃO/PADRELA que demonstrou, inequivocamente, a eficiência e modernidade do Exército Português.

No domínio das infra-estruturas críticas, foram visitados os portos de Sines e de Leixões, e no domínio cultural efectuou-se um passeio medieval no Centro Histórico do Porto e ao Palácio de Belém, bem como mais duas visitas à Fundação Champalimaud que, neste trimestre, foi a actividade mais concorrida e que maior curiosidade despertou.

Mas porque a AACDN continua a promover as parcerias e interacções com instituições congéneres, afins ou complementares, salientam-se os contactos feitos com a ADESG, através do seu Vice-Presidente e Director Jurídico, que se deslocaram a Portugal, bem como um protocolo assinado com a APEGSaúde e, ainda, a conferência "A Presença Portuguesa em África,"em que a AACDN participou, em conjunto com a Comissão Executiva do XVIII Encontro Nacional de Combatentes e com a *Revista Militar*, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

O objectivo deste último evento, que contou com uma afluência inusitada, foi prestar homenagem a todos os portugueses, civis e militares, que em África se sacrificaram pela sustentação do Império.

Realizámos, igualmente, mais um tradicional jantar-debate, muito concorrido, que contou com o polémico tema da promiscuidade entre o Poder Político e os Media e cujo palestrante foi o Dr. Pinto Balsemão que glosou, de forma desassombrada e frontal, a temática respectiva.

Ainda uma especial atenção à nossa viagem anual de estudo, sempre na senda do lema da busca da Portugalidade que, depois de um referendo associativo, teve como escolha o destino de Malaca, Kuala Lumpur e Singapura.

Finalmente, um destaque especial para o novo *website* da Associação, no mesmo endereço de sempre, em www.aacdn.pt, mas mais apelativo, profissional e social, oferecendo uma imagem moderna e dinâmica. Com uma estrutura simplificada e assente numa plataforma mais flexível e rica em recursos, este novo *site* irá permitir uma publicação de conteúdos rápida e uma melhor visibilidade aos motores de busca.

Pretende-se, assim, chegar ainda mais perto dos associados, que fazem a vida da nossa Associação e são a nossa razão de existir.

Após toda esta fervilhante actividade, é tempo de um merecido descanso, pelo que desejo a todos os associados, em nome da Direcção da AACDN, umas excelentes e repousantes férias..

Isabel Meirelles
Associada n.º 1

EUROFOR
Exercício DRAGÃO PADRELA

O Engenheiro Sousa Pereira, Associado nº 875/04, é o nosso "cronista" das viagens da AACDN, que já nos habituou e encantou com as suas pitorescas e irónicas descrições.
Esta é a sua visão de um exercício militar...

Humildemente confesso a minha perplexidade em descortinar as razões que levaram o Major Marques Fernando a convidar-me para relatar este episódio militar!
É que eu sou um civil inveterado, a minha tropa até foi na Marinha, onde as guerras foram outras. Talvez tenha contado a minha qualidade de observador não comprometido. Nessa perspectiva, tenho mesmo alguma prática, pois, em particular após a reforma, especializei-me na observação crítica dos fenómenos que focalizam e condicionam a nossa vida colectiva.
Talvez a razão da escolha seja apenas a capacidade de comentar esta acção na perspectiva do cidadão comum, animado da melhor boa vontade. E é apenas isso que eu prometo...
Desculpem os leitores a irreverência que por vezes transparece neste relato, mas essa é uma vantagem da idade e descomprometimento hierárquico...

Comecemos, então!

Foi numa tarde soalheira e prometedora que um grupo de Auditores se encontrou em Vila Real "do Alto Douro Vinhateiro" para assistir ao exercício acima referido. As "hostilidades" estavam previstas para a tarde do dia 28, mas alguém teve a feliz ideia de viajar a 27, desde Lisboa, o que, para além do conforto, permitiu a aclimatação ao local e ainda um programa cultural. Claro que as despesas desta idiossincrasia correram a expensas de cada um, como é correcto.

Após a paragem no Hotel Miracorgo para agrupamento daqueles que viajaram doutra forma (como eu), seguimos até ao Palácio de Mateus, obra notável do arquitecto Nasoni e ex-libris desta região. Apreciando as harmoniosas formas barrocas dos edifícios e jardins, fizemos depois uma visita guiada pelo seu interior.

Recordo as relíquias, os documentos e obras de arte expostas na capela e salas visitáveis e a genealogia nobiliárquica da família, que começou por um morgadio dedicado à cultura da vinha e nas campanhas napoleónicas foi agraciada com o titulo de Conde, por serviços prestados.

O actual Conde dispõe dum nome extenso, que inclui Sousa e termina em Vasconcelos. Fiquei menos constrangido da minha dificuldade na memorização completa deste nome, quando a guia mostrou um documento no qual um senhor francês se dirige à família nestes termos: Monsieur Le Comte de Sousa, etc., etc., etc..

Após a fotografia protocolar na entrada do Palácio com a magnífica escadaria a servir de fundo, continuámos para uma visita ao Santuário romano de Constantim de Panoias. Devido à hora tardia, limitamo-nos a apreciar a vedação de arame e a beleza do local. Tivemos no entanto uma explicação do auditor Dr. Armando Moreira, que esteve muito ligado ao estudo e divulgação deste monumento. Ficámos a saber que se terá aqui praticado o culto a uma deusa egípcia que apreciava os sacrifícios (há duvidas se seriam humanos) e esse culto terá sido trazido por uma legião romana aqui estacionada.

Chegámos assim ao dia 28 de Junho, denominado "dia aberto", em que esta Força da Eurofor, identificada como Battle Group 2011-2, se abriu à curiosidade e espírito crítico dos convidados (entre os quais nós), para mostrar as suas capacidades, através do Exercício Orion - Dragão Padrela.

Fomos recebidos no Quartel de Infantaria 13, em Vila Real, com um almoço aligeirado, decerto para manter desperta a nossa capacidade de vigília. Aí começámos a tomar contacto com os nossos anfitriões e os convidados fardados (decerto adidos militares). Era notória a sua diversidade étnica e dos seus uniformes camuflados. Para além dos países integrantes da Força, vi canadianos, estado-unidenses, brasileiros, colombianos, alemães... e até um general chinês (seria japonês?).

A chegada do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho, era aguardada com alguma impaciência, por estar a comprometer o horário programado com todo o rigor. No entanto, quando chegou e tomou a palavra, a sua exuberância e extrema simpatia cativaram de imediato a nossa atenção. Com a sua magnífica fluência na língua inglesa

e a dos oradores seguintes, ficámos a conhecer esta estrutura denominada EUROFOR, uma Força de Paz Europeia de reacção rápida, criada em 1996 em Florença, bem como a sua missão:

Acções humanitárias e de resgate; prevenção de conflitos, incluindo acções de manutenção de paz; acções de combate em situações de crise e de imposição de paz; estabilização após conflito; luta antiterrorista.

O Grupo de Batalha 2011-2 foi criado em Outubro de 2009, com relevante inter-

venção portuguesa, para estar operacional no 2.º semestre de 2011. É composto por 1792 efectivos de quatro países: Portugal (740-batalhão de infantaria), Itália (443), Espanha (432) e França (177), sendo distribuídos pelos quatro os meios e serviços de apoio.

Na parada do quartel, observámos uma demonstração de operações de descontaminação química e nuclear: retenho na memória as estranhas figuras, quais invasores marcianos, a ser regados com líquidos de composição suspeita (havia no ar um misterioso e desagradável cheiro a remédio de ratos, ou coisa semelhante!).

Depois apreciámos alguns veículos equipados para detecção rádio eléctrica de comunicações suspeitas. Um veículo fazia a exploração de todas as bandas e, detectando algo suspeito, alertava outro veículo que analisava essa frequência e determinava o azimute da transmissão. A existência de três veículos idênticos a este, devidamente localizados, permitia, por triangulação, obter a localização exacta da transmissão.

Tivemos ainda uma demonstração ao vivo da detecção e anulação duma ameaça terrorista de sabotagem: um indivíduo estranhamente vestido e almofadado até ao pescoço (uma pequena cabeça emergindo dum boneco da Michelin), aproxima-se e rodeia furtivamente um veículo militar. Mas é detectado e intimado a deitar-se no chão, coisa com que ele não concorda. A força de intervenção não se aproxima e protege-se devidamente, mas procura sobrepor a sua vontade intensificando a ameaça verbal e mostrando as armas. O suspeito reclama veementemente, mas de repente decide fugir em alta velocidade. É aí que entra em cena um cão treinado, dispondo duma velocidade de ponta muito superior. Então, compreendemos a razão de ser do vestuário almofadado: é que o cão está entusiasmado e utiliza os dentes como arma de detenção.

À nossa frente desfilam os militares segurando o suspeito, que não pára de reclamar, e o cão, animado dum desejo intenso de provar de novo as calças do paciente. Só a força do seu treinador, que o levanta pelo cachaço, com as patas arranhando o ar, o impede de concretizar o intento.

Segue-se o interrogatório em altos berros, mas com rigorosas medidas de protecção. A cena termina com a aproximação cautelosa dum militar até ao veículo sabotado, encontrando um rolo explosivo na cava da roda.

Após visita ao posto de comando (serviços de comunicações e informações de combate - guerra electrónica – uma panóplia de computadores, mapas e esquemas), embarcámos para o exercício propriamente dito, na Serra da Padrela.

A encenação estava magnífica: Num pequeno vale da serra nua e agreste, um regato arborizado simula a fronteira dum imaginado país (denominado Calubélia ou coisa parecida), vítima de conflito interno.

Suponho que a missão da Força seria a evacuação de refugiados civis. Não percebi todos os pormenores, mas vou relatar a operação dum ponto de vista pessoal e com as limitações inerentes:

Aproxima-se uma coluna de veículos blindados de transporte de pessoal (acho que se trata dos famosos Pandur). Apenas um avança ao encontro dos civis. O seu objectivo será o seu resgate, mas passa-se algo

estranho: estes civis não estão nada satisfeitos e vêm com paus e pedras. Os militares saem do veículo, com muita precaução, mas ouve-se um rebentamento e gera-se grande confusão (não percebi: seria tiro local? seria mina? seria morteiro? obus?)

Bem, há grande poeirada, os civis fogem pelo regato fora, há tiros e resulta um ferido que é encerrado no interior do Pandur.

Aproxima-se um blindado (convertido em ambulância e decerto com apoio médico) em grande velocidade e tocando a sirene. O ferido é transferido. Os outros blindados movimentam-se com grande espectacularidade, decerto para isolar e proteger a área.

Não dá para esquecer a suavidade como aqueles monstrosinhos de quatro eixos e grande envergadura se movimentam em alta velocidade sobre pedras e vegetação.

Verdadeiramente impressionado, fiquei a pensar se a polémica jornalística acerca da compra destas unidades teria alguma razão de ser. Agora que os vi e compreendi a natureza e a nobreza destas missões, acho que esta força deve estar equipada com o que há de melhor.

Deve ser muito difícil fazer conviver as necessidades operacionais com a crítica dos meios de comunicação, sedentos de fazer notícia com tudo o que pode impressionar o povo. E estranhei a ausência dos jornalistas que aprenderiam um pouco e talvez se impressionassem como eu e pudessem passar uma mensagem mais realista.

Voltando ao exercício, para além da adrenalina de quem aprecia e do treino de quem executa, ficaram-me algumas interrogações: Qual era a intenção dos supostos refugiados? Tantos tiros e estrondos e não compreendi a sua proveniência e onde estava o inimigo? Perdoem a minha ignorância, mas só o digo porque sou um observador do lado do povo ignorante e porque julgo que se pode sempre fazer melhor.

Tivemos depois a aproximação dum helicóptero Merlin (Augusta Westland - outra aquisição polémica), que vem fazer a recolha do ferido. Momento de grande espectacularidade e emoção, devidamente registado nas câmaras fotográficas.

Com o esvaziamento do clímax e o regresso aos veículos de transporte, aproveito para resumir e concluir:

Um local e uma encenação inesquecíveis; uma coordenação impecável; uma movimentação impressionante e uma boa execução dos procedimentos de aproximação e segurança; a determinação e espírito de grupo dos intervenientes; a ausência lamentável da comunicação social; de carácter negativo, apenas uma simulação menos convincente das características dos refugiados e da ameaça.

No regresso a Vila Real, tivemos ainda a demonstração duma operação logística de transbordo de mantimentos, em meio hostil, duns veículos "de longo curso" para outros capazes de enfrentar cenários mais agressivos.

O transbordo (debarkation) é feito com meios mecânicos dos próprios veículos e sob medidas de vigilância e segurança bem delineadas e executadas.

Antes de recolhermos (em ambiente hostil de grande poeirada) às tendas de campanha para um "Porto de Honra", passámos ainda por um veículo camuflado onde a força francesa exibia um míssil terra-ar de aspecto temível e façanhudo...

Terminada esta "crónica-relato", quero apenas dizer que: Como cidadão, fiquei agradado com os objectivos desta Força pela sua adequação a um novo figurino previsível de "guerra não convencional"; como contribuinte, penso que a compra dos veículos Pandur e Merlin foi um investimento positivo em termos de assegurar uma participação honrosa na segurança europeia; como Português, senti um orgulho, que já não sentia há muito, por ver como o contributo das Forças portuguesas é central nesta estrutura e como ficou demonstrada a sua capacidade de intervenção no terreno.

Autor

Sousa Pereira
Engenheiro e Professor do Instituto Politécnico de Tomar
Sócio n.º 875/04 da AACDN

Foto © Lusa

Os Media e o Medo

Difusão do Terror na Opinião Pública

"Os Terroristas usam o que condenam, a nossa liberdade de expressão e comunicação".

Christine Ockrent

A influência dos Media sobre o comportamento da sociedade tem sido objecto de estudo por várias áreas das ciências sociais. O Prof. Andrew Oitke, catedrático de Antropologia em Harvard, na sua polémica obra *Mental Obesity*, introduziu o conceito de "Obesidade Mental", para descrever o que identificou como o pior problema da sociedade moderna.

Conforme o autor, "a nossa sociedade está mais atafulhada de preconceitos que de proteínas, mais intoxicada de lugares-comuns que de hidratos de carbono. A sociedade viciou-se em estereótipos, juízos apressados, pensamentos tacanhos, condenações precipitadas. Todos têm opinião sobre tudo, mas não conhecem nada".

A responsabilidade por este mega *fast food* intelectual cabe, segundo ele, aos jornalistas e comentadores, aos editores da informação e filósofos, aos romancistas e realizadores de cinema. Os telejornais e telenovelas serão os *hamburgers do espírito*, as revistas e romances os *donuts da imaginação*.

Todos têm opinião sobre tudo, mas não conhecem nada

Outra autora, Christine Ockrent, jornalista e escritora, considera que os Media são "em larga medida, uma ferramenta do Terrorismo, funcionando também como uma espécie de combustível do Terrorismo" sendo ainda susceptíveis de utilização como "arma contra o Terrorismo". Vejamos mais em pormenor:

Os Media como ferramenta do Terrorismo

Na actualidade assiste-se a uma alteração de posicionamento dos Media. Sendo originariamente considerado como o "contrapoder", tem vindo a assumir-se como uma "forma de poder", com relações opacas com o poder político e determinados interesses instalados. Um exemplo negativo, na perspectiva do autor, do poder dos Media é o fenómeno Wikileaks.

Ao mesmo tempo, a competição entre agências de informação atinge, actualmente, uma dimensão tal que a torna notícia, seja pela contratação de *pivots* das cadeias concorrentes, seja pela divulgação de informação não confirmada, alegando o anonimato das fontes aliado ao segredo profissional.

Assistimos a um momento de conflito no seio da imprensa, cuja base é a dualidade informar/alarmar. Face à necessidade de assegurar a liderança de mercado, os Media têm-se deixado arrastar pela vertigem da imagem, pelos riscos do directo, pela publicação de notícias não confirmadas, numa palavra, pelo sensacionalismo. Os exemplos mais marcantes são as imagens da "guerra em directo", com imagens de bombardeamentos a alvos civis e a difusão de vídeos gravados por grupos terroristas contendo mensagens e ou execuções.

Mas existem outras dimensões que importa considerar: desde logo, a criação de canais para a difusão da "mensagem", alguns criados especificamente para o público que vive no Ocidente (como a Al Jazira); depois, as intrusões no sinal de satélite de cadeias televisivas; por fim, o poder dos blogs e das redes sociais e seu consequente aproveitamento por grupos radicais.

os Media têm-se deixado arrastar pela vertigem da imagem, pelos riscos do directo, pela publicação de notícias não confirmadas, numa palavra, pelo sensacionalismo

Os Media como combustível para o Terrorismo

A exportação de programação, cujos conteúdos são pacíficos para o mundo ocidental, pode, por vezes, constituir uma autêntica intrusão em determinados tipos de sociedade, nomeadamente na sociedade islâmica. Para compreender tal fenómeno, bastará atender aos conteúdos de programação massificada, como sejam as novelas e outros programas que evidenciam o sexo, a violência, a soberba, o que apenas vem reforçar a argumentação de determinados grupos radicais relativamente aos "perigos" do modelo de Estado ocidental.

A tal fenómeno acresce, de forma marcante, a manipulação e exploração das "simpatias" de jornalistas por determinadas causas e suas consequências na forma como se noticiam factos.

Não menos relevante é a sua manipulação por fontes, as quais raramente são "isentas". Sobre a questão

Foto © Lusa

Foto © Lusa

Informação/Propaganda, Mikhail Bakunin, investigador das novas correntes do jornalismo, em artigo publicado no *The New York Times*, afirma que é prática comum dos profissionais de jornalismo contemporâneos, citar especialistas como forma de omitir o seu próprio desconhecimento em relação ao assunto sobre o qual escrevem. "Eles organizam de manhã a sua ignorância e passam o dia a efectuar telefonemas, a fim de encontrar 'especialistas' para fazer retalhos desconexos relativamente ao conteúdo da notícia". O objectivo, segundo o autor, será o de confundir o leitor, para que não leia de facto o artigo no seu todo. Este tipo de jornalismo permite toda a espécie de aproveitamentos e manipulações por parte dessas "fontes".

Importa ainda, no que concerne ao potencial como "combustível para o Terrorismo", atender a situações em que o jornalista passa a notícia, como sucede em situações de sequestro e execução de jornalistas, assegurando assim o *prime time* nos noticiários, um pouco por todo o Mundo.

As Forças e os Serviços de Segurança têm responsabilidades na medida em que a escassez de informação, que facultam aos jornalistas, conduz à necessidade de esses profissionais preencherem esses vazios na notícia, muitas vezes caindo em imprecisões, ou reforçando o peso da imagem como forma de mitigar o parco conteúdo da notícia

Os Media como ferramenta contra o Terrorismo

Por fim, mas não menos importante, é necessário atender ao papel que os Media podem assumir como ferramenta contra o Terrorismo, o qual não deverá ocorrer por "decreto", de forma administrativa, por pressão do Estado. Têm de ser as próprias associações profissionais e as cadeias de comunicação social a desenvolver mecanismos de divulgação da notícia "pela positiva", dando menor ênfase às imagens de dor e destruição resultantes dos atentados criminosos, não ocultando naturalmente o teor dos factos, mas colocando o pendor na reacção da sociedade e do Estado a esses actos criminosos.

Este passo fundamental na desigual luta que se trava contra as novas ameaças passa naturalmente pelo autocontrolo/autocontenção nos Media, bem como pela formação e sensibilização dos profissionais para as consequências para a sociedade da sua actuação.

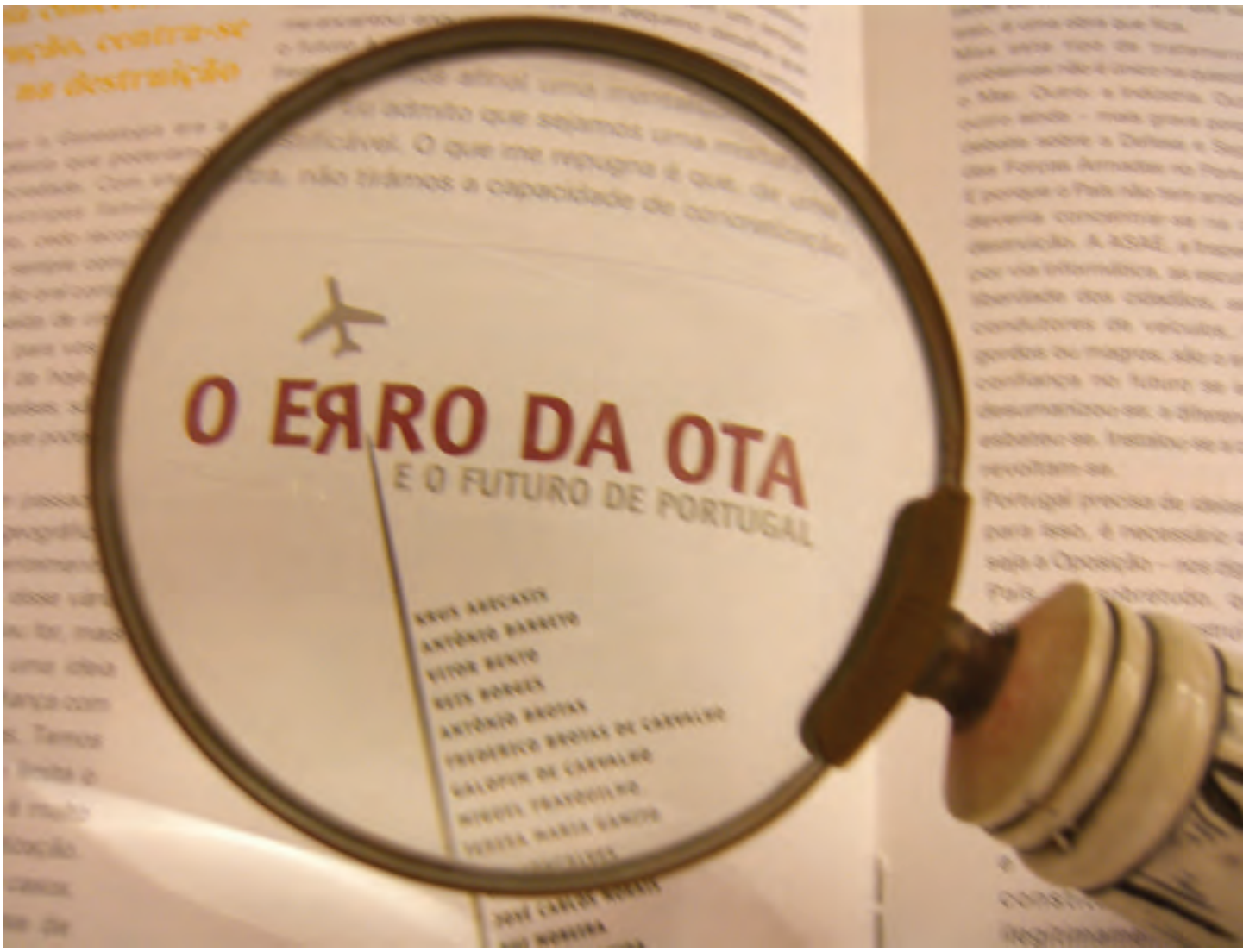
As Forças e os Serviços de Segurança têm também responsabilidades nesta área, na medida em que a escassez de informação que facultam aos jornalistas, de forma mitigada, conduz à necessidade de esses profissionais preencherem esses vazios na notícia, muitas vezes caindo em imprecisões, ou reforçando o peso da imagem como forma de mitigar o parco conteúdo da notícia.

Nota

A AACDN, no âmbito do projecto *Opinião Pública e as Novas Dimensões da Segurança Nacional*, pretende reflectir sobre esta preocupante temática, encontrando-se constituído, para tal, um grupo de trabalho que desenvolve actualmente o tema e cujos conteúdos serão oportunamente divulgados.

Autor

André Inácio
Vogal da Direcção
Sócio n.º 799/03 da AACDN



Quem fiscaliza os fiscais?[1]

Alguns partidos políticos portugueses – senão todos, à excepção do PS – clamam pelo conhecimento dos dossiers completos dos grandes projectos e parcerias público-privadas, para que possam ser devidamente analisados e fiscalizados, sobretudo quanto à solidez e credibilidade dos processos decisórios, cuja utilização vem comprometendo milhares de milhões de euros. No que se refere ao agente da fiscalização da qualidade dos projectos e dos concursos para adjudicação da execução dos mesmos, bem como à correcta exploração económica respectiva, as opiniões divergem entre a criação de entidades especiais de fiscalização (mais instituições e mais funcionários) e o recurso a entidades externas, nacionais ou internacionais, para desempenharem esta missão. As sugestões são várias e é aqui que surgem as grandes dúvidas e preocupações: qual a garantia de que estas entidades fiscalizadoras serão independentes, idóneas e suficientemente qualificadas? Qual a garantia que os fiscais estarão imunes a pressões do Governo, dos grandes agentes económicos (nacionais e estrangeiros activos no País) e das várias clientelas e interesses que se movimentam em torno dos grandes

http://topicos.jornaldenegocios.pt/Supremo

investimentos? A maior dúvida é, talvez, esta: quem fiscalizará os fiscais? É óbvio que qualquer entidade fiscalizadora colocada na dependência do Governo não é boa solução. A alternativa de a fazer depender da Assembleia da República também não parece poder assegurar independência em relação ao partido do Governo. Então como?

Uma maneira de resolver o problema será reanalisar o objectivo em causa. Se o que se pretende é conseguir que o processo seja transparente e que toda a população se sinta tranquila, informada e maioritariamente concordante quanto à correcção e validade dos processos[2], que melhor fiscal se poderia encontrar que todos os especialistas portugueses competentes em todas as diversas matérias envolvidas na concepção e na concretização dos grandes empreendimentos? Que melhor, mais completo, mais interessado e mais legitimamente competente fiscal da qualidade e do interesse do projecto para o País, que a totalidade dos Portugueses? Para quê introduzir instrumentos de duvidoso enquadramento e controlo, se a democracia directa pode aqui funcionar com maior abrangência e qualidade?

O procedimento de aplicação da democracia directa na fiscalização dos grandes empreendimentos públicos e dos grandes compromissos financeiros seria simples:

1) Para cada grande projecto ou empreendimento, todos os documentos do processo fariam obrigatoriamente parte de um dossier informático, de consulta pública aberta e gratuita, incluindo os termos de referência de concursos, os parâmetros de avaliação das propostas dos concorrentes, os critérios de valorização dos elementos propostos (técnicos, económicos, financeiros, tempo de execução, etc.), o preço, as condições de pagamento e as garantias.

2) Em paralelo com o dossier do processo e a ele ligado, existiria um outro dossier informático (dossier das críticas), também de consulta pública aberta e gratuita, incluindo todas as críticas e sugestões que qualquer pessoa, desde que devidamente identificada, poderia apresentar, durante os quinze dias imediatos ao aparecimento, no dossier do projecto, de matérias ou escolhas controversas. Estas críticas e sugestões deveriam ser consideradas pelos responsáveis pelo projecto e receberem aceitação ou recusa, devidamente justificadas, nos quinze dias seguintes à sua inclusão no dossier das críticas. Deste modo seria sempre assegurado que qualquer especialista poderia fiscalizar os aspectos para si relevantes e que qualquer cidadão poderia comunicar as suas críticas e sugestões. Ficaria, além disso, garantido que as críticas e sugestões seriam apreciadas e se tornariam conhecidas, no máximo, um mês após terem sido publicadas e não anos depois (ou nunca, como infelizmente tem acontecido no passado recente, como, por exemplo, na Ota, nos Estádios do Euro 2004, no TGV e em muitas PPPs).

O caso da Ota é um excelente exemplo do enviesamento e da opacidade do processo decisório que o Governo, em 1999, utilizou para concretizar um projecto que tinha fortes erros, mas que forças políticas influentes pretendiam

executar naquele local. É também um excelente exemplo do poder democrático da transparência de processos e do valor do escrutínio qualificado e pertinente por todos os nossos especialistas relevantes para a fiscalização dos inúmeros aspectos envolvidos num grande projecto. Com efeito, após a decisão pela Ota ter sido tomada – o que deu imediatamente origem a intensas movimentações especulativas sobre os terrenos próximos – o Governo, que até então não tinha dado publicidade aos vários estudos realizados pelas sucessivos gabinetes do novo aeroporto e respectivos pareceres (que davam sempre a preferência pela localização em Rio Frio)[3], julgou poder tomar uma atitude que deixaria a população ordeiramente satisfeita e agradecida com a decisão que tinha finalmente tomado, pondo fim a uma espera de muitos anos. Tomada a decisão pela Ota, a máquina política desdobrou-se em

actividades de pré-concretização e de publicidade à sua capacidade executiva. No seu entusiasmo, cometeu (felizmente para todos nós) um erro ingénuo: em 2005, abriu à consulta pública a principal documentação acumulada pelo processo, ao longo dos vários anos de estudos, na qual estes justificavam, fundamentada e consistentemente, preferência em sentido contrário àquilo que era a vontade governamental. Como consequência imediata da possibilidade de consultar a documentação do processo, a fiscalização voluntária do mesmo por numerosos especialistas, apontando os erros da decisão pela Ota, provocou uma reacção pública de tal modo forte, que o reexame técnico do processo foi inevitável, tendo obrigado ao abandono da Ota e à aceitação de Alcochete como localização do novo aeroporto.

Grande parte das preocupações aqui mencionadas aplica-se, em maior ou menor escala, a entidades reguladoras tais como AACS, ADC, ERS, ERSE, GMCS[4] e outras, cujas decisões são geralmente incompreendidas pelos cidadãos sobre quem elas recaem. Não se compreendem, por exemplo, as alterações dos preços dos combustíveis, quando, afinal, dependem de um pequeno número de parâmetros internos (como taxas e impostos, subsídios especiais, etc.) e externos (preço do petróleo de referência, por exemplo). Em vez de nos serem dadas a conhecer as alterações dos preços finais, porque não publicar as fórmulas de cálculo e os valores que permitem chegar àqueles?

Os Portugueses têm inteligência e gostam de poder utilizá-la para julgar as decisões que são tomadas em seu nome e das quais terão que suportar as consequências. Têm o direito de exigir participação no processo, fiscalizando-o

Os Portugueses têm inteligência e gostam de poder utilizá-la para julgar as decisões que são tomadas em seu nome e das quais terão que suportar as consequências. Têm o direito de exigir participação no processo, fiscalizando-o.

[1] *Quis custodiet ipsos custodes?* – Frase atribuída ao poeta romano Juvenal. A ideia base foi apresentada por Sócrates (o filósofo grego, a não ser confundido com o José Sócrates português) e desenvolvida por Platão. (Wikipedia).

[2] A informação deveria abranger os objectivos, os pressupostos, a concepção e a elaboração do projecto, o concurso para a respectiva execução, a apreciação das propostas e a decisão final de adjudicação da execução.

[3] Começando pelo GNAL – Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa – criado em 1969 e passando por vários pareceres, TAMS/Profabril (1982), ANA (1987), estudos comparativos (1994), CAIA (1998) e um Consultor Coordenador (Aeroports de Paris, ADP – que, face à decisão tomada em 5 de Julho de 1999, pelo Ministério do Ambiente, se declara limitado, passando apenas a pronunciar-se sobre a Ota).

[4] AACS – Alta Autoridade para a Comunicação Social, ADC – Autoridade da Concorrência, ERS – Entidade Reguladora da Saúde, ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Eléctricos, GMCS – Gabinete para os Meios de Comunicação Social.

Autor

Carlos Beaumont

Sócio n.º 129/85 da AACDN

O papel das PME nas Indústrias de Segurança e Defesa

os desafios e as oportunidades dos novos *clusters*

Depois da queda do Muro de Berlim e do fim da Guerra Fria, temos assistido a grandes ventos de mudança e profundas transformações no universo das chamadas indústrias relacionadas com a defesa, tanto do lado da procura como da oferta, primeiro nos EUA e, inevitavelmente, em fase posterior, na Europa.

No que respeita ao processo de concentração da procura na Europa, infelizmente têm tardado as medidas institucionais europeias e governamentais nacionais que facilitem e fomentem a constituição de um verdadeiro e competitivo mercado europeu de equipamentos de defesa e da sua base de sustentação logística, industrial e tecnológica.

As grandes transformações do lado da consolidação industrial da oferta verificaram-se primeiro nos sectores com maior potencial tecnológico, inovador e competitivo, como sejam o aeroespacial, o electrónico/mísseis, o

software e as tecnologias de informação e comunicações. Os sectores dos sistemas terrestres e navais têm seguido um ciclo de reestruturação mais lento e complexo, sobretudo no sector naval.

Podemos afirmar, de forma sintética, que, no lado da consolidação da oferta, assistimos a duas grandes transformações que mudaram radicalmente o paradigma do relacionamento tradicional entre os contratantes principais (*prime contractors*) e a sua constelação de subcontratantes, com incidência muito significativa no *modus operandi* das PME.

Num primeiro tempo, na procura da indispensável competitividade num mercado global, procedeu-se à racionalização e consolidação industrial e à redução substancial dos contratantes principais, fruto de imensas fusões e aquisições, muitas delas de amplitude transnacional, e à sua transformação paulatina mas progressiva de empresas verticalizadas em empresas integradoras de sistemas principais[1].

Num segundo tempo, está em curso um novo processo de transformação que irá ter grandes repercussões nos subcontratantes, sobretudo a nível das suas capacidades de concepção, desenvolvimento tecnológico e inovação e sua incorporação no processo de industrialização. De facto, com a redução substancial e desverticalização progressiva dos contratantes principais e sua transformação em empresas integradoras de sistemas principais, grande parte da responsabilidade pela componente de investigação e desenvolvimento tecnológico tem vindo a ser transferida, lenta mas inexoravelmente, para os subcontratantes, sobretudo os de primeiro escalão (*first tier*).

Trata-se sem dúvida de uma transformação estrutural profunda, sem precedentes na história industrial recente, acarretando novos riscos e desafios, mas também novas oportunidades de negócio, que por certo implicarão alterações comportamentais e de estratégia nas indústrias relacionadas com a defesa, sobretudo por parte das PME.

É já hoje uma realidade, tanto nos EUA como de uma forma mais mitigada na Europa, que muitos subcontratantes de primeiro escalão deixaram de estar totalmente dependentes da transferência de tecnologia concebida e produzida quase exclusivamente pelos contratantes principais. Na verdade, os novos subcontratantes passaram a dispor de conhecimento e capacidades próprias que lhes permitem subir na cadeia de valor tecnológico e industrial, por forma a poderem constituir-se como integradores secundários de subsistemas, criando assim, por sua vez, a sua própria constelação de subcontratantes de componentes ou de segundo escalão (*lower tier*), hoje mais correntemente designados por *clusters*, onde, de facto, se situam grande parte das PME.

Nas suas Comunicações de 13 de Setembro de 2006[2] e de 17 de Outubro de 2008[3], a Comissão Europeia reconhece o importante papel dos *clusters* na competitividade e inovação, como instrumento dinamizador da coordenação entre ciência, inovação e indústria e desta forma facilitar uma ligação mais expedita e eficaz entre saber, conhecimento e mercado. Com este objectivo, a Comissão, em 22 de Outubro de 2008, decidiu criar um Grupo Europeu de Política de Clusters[4].

No lado da consolidação da oferta, procedeu-se à racionalização e consolidação industrial e à redução substancial dos contratantes principais

grande parte da responsabilidade pela componente de investigação e desenvolvimento tecnológico tem vindo a ser transferida, lenta mas inexoravelmente, para os subcontratantes

os novos subcontratantes passaram a dispor de conhecimento e capacidades próprias que lhes permitem subir na cadeia de valor tecnológico e industrial

este quadro [em que as PME têm de operar] é ainda agravado pela dinâmica da competitividade, em que os custos dos sistemas de armas crescem sistematicamente...

Na UE, não obstante os esforços coordenados da Comissão Europeia e da Agência Europeia de Defesa, o quadro actual em que as PME têm de operar e enfrentar estes novos desafios, caracteriza-se ainda e essencialmente por um ambiente de prevalência da fragmentação da procura e de duplicações nos domínios da investigação, desenvolvimento e produção, conducentes a sobre- capacidades geradoras de ineficiência, num mercado europeu de defesa que tarda em constituir-se e afirmar-se.

Face à actual crise financeira europeia e sua inevitável repercussão descoordenada e substancial nos orçamentos de defesa, este quadro é ainda agravado pela dinâmica da competitividade, num cenário prospectivo de progressivo desarmamento estrutural a longo prazo, em que os custos dos sistemas de armas crescem sistematicamente na ordem de 68% ao ano, muito acima do crescimento médio anual da despesa em investimento de equipamentos de defesa[5], incluindo as vertentes de I&D e aquisição (*procurement*).

No entanto, nem tudo são más notícias para as PME.

De facto, no quadro da Agência Europeia de Defesa (EDA), o Código de Conduta para as Aquisições de Defesa[6], associado ao Código de Melhores Práticas na Cadeia da Oferta[7], ao Código de Conduta para as

ao facilitarem a criação de melhores condições de transparência das políticas e práticas de concorrência, oferecem novas oportunidades de contratação...

Contrapartidas (*Offsets*)[8] e ao Boletim de Divulgação Electrónica, embora não vinculativos e funcionando num regime intergovernamental, ao facilitarem a criação de melhores condições de transparência das políticas e práticas de concorrência no mercado de defesa, oferecem novas oportunidades de contratação indústria-a-indústria, em complemento da forma tradicional de contratação governo-a-indústria.

Estas medidas facilitam uma maior abertura e transparência do mercado de defesa, por se estenderem os benefícios da concorrência através da cadeia da oferta, especialmente às PME de segundo escalão (*lower tier*), benefícios estes a que de outra forma as PME dificilmente teriam acesso.

Mais recentemente, a Comunicação Interpretativa da Comissão sobre o uso do artº 296º do Tratado da UE[9] (hoje artº 346.º do Tratado de Lisboa), em conjugação com a Directiva de Aquisições de Defesa e Segurança[10] e a Directiva para as Transferências Intra-Comunitárias de produtos relacionados com a defesa[11], estas duas últimas devendo ser vertidas para o ordenamento jurídico nacional até ao Verão do corrente ano, podem constituir simultaneamente um desafio, uma esperança e uma oportunidade de negócio para as PME. Contudo, está ainda por avaliar o verdadeiro impacto para as indústrias relacionadas com a defesa, nomeadamente as PME, da entrada em vigor e implementação destas iniciativas normativas da Comissão Europeia. De facto, embora as mesmas tenham sido concebidas como instrumentos fortalecedores das fundações de um Mercado Europeu de Equipamento de Defesa (EDEM), aberto e competitivo, e, no longo prazo, de uma Base Tecnológica e Industrial Europeia (EDTIB), forte e genuína, as incertezas prevalecem quanto aos seus resultados práticos, tanto no curto como no longo prazo.

Por outro lado, a abertura do VII Programa-Quadro Comunitário às áreas de Segurança e Espaço, para o período de 2007-2013[12], com elevados montantes financeiros a disponibilizar (cerca de 2800 M€), conjugada com a nova Estratégia Europeia para a Investigação e Tecnologia de Defesa[13], a recente criação de um Portal europeu para os centros de excelência de Investigação & Tecnologia de Defesa (EDRC Portal)[14], e com a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial (BTID)[15], contribuem para promover novas oportunidades e economias de escala em Investigação & Tecnologia e abrem novas perspectivas às empresas portuguesas relacionadas com a Defesa, que podem e devem ser aproveitadas.

As empresas de segundo e terceiro escalão (2º e 3º *tier*), normalmente PME, com a sua típica flexibilidade e capacidade para inovar e apresentar soluções tecnológicas, poderão assim prosperar num mercado competitivo europeu. Neste contexto, o sucesso da DTIB na Europa dependerá em grande medida da efectiva utilização do capital humano e capacidade de inovação que reside nas PME . Neste campo, as PME podem esperar novas e prometedoras oportunidades.

...contribuem para promover novas oportunidades e economias de escala em Investigação & Tecnologia e abrem novas perspectivas às empresas portuguesas

Assim, o grande desafio que se coloca hoje às PME nacionais é o de se reapetrecharem, em tempo oportuno, com competências tecnológicas e de inovação para responderem, de forma adequada, aos imperativos tecnológicos, industriais e de qualidade impostos pelo processo acelerado da consolidação da oferta, nomeadamente tendo em vista "conquistar" um lugar nos novos *clusters* em constituição.

Nesta perspectiva, reconhecendo a importância estratégica das indústrias de defesa para a segurança nacional, bem assim as características e especificidades do mercado de defesa e a necessidade de garantir a sustentabilidade da DTIB, importa avaliar o grau de equilíbrio entre as abordagens puramente nacionais e as complementaridades com a estratégia europeia para a DTIB, assegurando a interligação entre as potencialidades industriais de defesa e as capacidades da economia civil, particularmente no que respeita às tecnologias duais e em relação à cadeia da oferta.

Desta forma, num ambiente de constante mudança e de permanente incerteza, mas também de abertura

a resposta das PME deve ser centrada numa estratégia de risco

progressiva dos mercados de defesa e segurança, onde não é despicienda a actual grave crise financeira e económica europeia, a resposta das PME deve ser centrada numa estratégia de risco a médio-longo prazo, visando a obtenção de competências tecnológicas que possibilitem a sua associação e participação em consórcios internacionais e facilitem a sua integração nos novos *clusters*, actualmente

o grande desafio que se coloca hoje às PME nacionais é o de se reapetrecharem com competências tecnológicas e de inovação

em processo de criação (*cluster* aeronáutico e *cluster* naval). É óbvio que, no quadro nacional, o Plano de I&D/Defesa e o Plano de Armamento (em processo de desenvolvimento), com um horizonte temporal dilatado, conjuntamente com a Lei de Programação Militar (em processo de revisão/reformulação), poderão constituir instrumentos fundamentais de ancoragem destas novas estratégias das PME.

[1] Neste contexto, verificamos que nos EUA, enquanto que no final dos anos 70 existiam mais de 25 contratantes principais verticalizados, no final da década de 90 existiam já só 15 e hoje existem apenas quatro contratantes principais. Este complexo processo de transformação do tecido industrial também teve eco na Europa, embora de forma mais lenta, verificando-se actualmente a existência de apenas quatro contratantes principais.

[2] COM(2006)502 final, de 13 de Setembro de 2006

[3] COM(2008) 652, de 17 de Outubro de 2008

[4] *European Clusters Policy Group* - 2008/824/EC, de 22 de Outubro de 2008

[5] 1 soldado do Sec.XXI custa cerca de 100 vezes mais do que 1 soldado na II GG; por sua vez, 1 avião de combate da geração dos anos 90 custa acima de 10.000% mais do o mesmo tipo de aeronave em 1945

[6] Entrou em vigor em 01 de Julho de 2006

[7] Aprovado pelo Comité Director da EDA (formato MDN), de 27 de Abril de 2006

[8] Aprovado pelo Comité Director da EDA (formato MDN), em 01 de Julho de 2008

[9] COM (2006) 779 final, de 07DEZ2006

[10] Directiva 2009/81/EC, de 21 de Agosto de 2009

[11] Directiva 2009/43/EC, de 6 de Maio de 2009, publicada no JO L146, de 10 de Junho de 2009

[12] Também já perspectivadas e amplificadas para o VIII Programa-Quadro Comunitário (2014-2020)

[13] European Defence Research & Technology Strategy (EDR&T). Aprovada pelo Comité Director da EDA (formato MDN), em 10 de Novembro de 2008. As metas estabelecidas para Investigação & Tecnologia (R&T)/ Defesa são: 2% dos orçamentos de Defesa e 20% para R&T cooperativo. Em 2008 o esforço de R&T cooperativo era de apenas 16,5%.

[14] Lançado pela EDA em 22 de Junho de 2011

[15] Resolução do Conselho de Ministros nº 35/2010, de 15 de Abril de 2010

Autor

Augusto de Jesus Melo Correia
Major-General
Vice-Presidente da EuroDefense-Portugal
Sócio n.º 137/85 da AACDN

O Ensino Superior Militar em Portugal

Parece-me oportuno abordar este assunto, por duas razões: a primeira, porque mesmo entre as pessoas mais informadas sobre assuntos da Defesa Nacional, como é o caso dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, subsiste algum desconhecimento sobre este assunto e a segunda, porque foi uma das áreas da Defesa alvo de uma reforma importante que será interessante conhecer.

Falar do ensino superior militar em Portugal faz-nos recuar aos primórdios do desenvolvimento da ciência no nosso País, à lendária Escola de Sagres que, mesmo que não tenha existido como tal, corporiza o conhecimento

que então foi reunido e que permitiu a formação de ponta dos pilotos e cartógrafos que tornaram possível o sucesso da epopeia marítima portuguesa, que teve como grande impulsionador o Infante D. Henrique.

Para fazer um rápido périplo pela história do ensino superior militar em Portugal, baseando-me num trabalho publicado na Revista Militar, pelos então Tenente-Coronel Vieira Borges e Capitão-Tenente Costa Canas, com o título "Uma cronologia da história do Ensino Superior Militar", referirei que foi já no século XVI que, de uma forma estruturada, se deu início à formação superior dos futuros oficiais, através da criação em 1525 da "Escola de Vila Viçosa", onde se ensinavam Humanidades, mas também Esgrima e Equitação, "de grande vantagem para todos os mancebos que se destinassem à carreira das armas" e, em 1559, sob os auspícios de Pedro Nunes, a criação da "Aula do Cosmógrafo-Mor", que formou pilotos e outros oficiais de bordo, e que é considerada como a antecessora da Escola Naval. Depois de várias evoluções que me escuso aqui de desenvolver, D. Maria I, em 1779, criou a Academia Real de Marinha, destinada ao enquadramento e instrução militar dos futuros oficiais da Marinha e do Exército. Pouco tempo depois, em 1790, foi criada a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, em que os lentes eram equiparados em honras e vencimentos aos da Academia Real de Marinha e da Universidade de Coimbra. Dando sequência a este período de intensas reformas no ensino superior militar, em 1796 foi criada a Academia Real dos Guardas-Marinhas, destinada a formar exclusivamente os oficiais de Marinha. Entre 1808 e 1822, a Academia Real dos Guardas-Marinhas permaneceu no Brasil, acompanhando a Corte. A estadia desta Escola no Brasil levou a que parte aí permanecesse, dando origem à predecessora da actual Escola Naval brasileira. No percurso evolutivo do ensino superior militar, merece ainda particular destaque a criação em 1837 da Escola Politécnica, que, substituindo a Academia Real de Marinha, se destinava a dar os preparatórios para habilitação aos cursos de aplicação das escolas técnicas, militares e civis. Também em 1837 foi criada a Escola do Exército, antecessora da actual Academia Militar, tendo os seus cursos passado a serem equiparados aos demais cursos superiores e o método de ensino, honras e vencimentos equiparados à Escola Politécnica. Em 1845, no reinado de D. Maria II, foi criada a Escola Naval, em substituição da Academia Real dos Guardas Marinhas, designação que ainda hoje mantém, sendo de referir a separação do ensino dos oficiais da Marinha Mercante em 1903 tendo sido então criada para estes a Escola Náutica.

Com a criação em 1952 da Força Aérea como ramo independente, a formação de base dos seus oficiais foi até 1978, ano da criação da Academia da Força Aérea, ministrada na Academia Militar.

Relativamente à formação dos oficiais ao longo da carreira, assinalo a criação em 1911 da Escola Central de Oficiais, com o fim de preparar tenentes, capitães e majores, com vista ao posto superior. Esta Escola viria a ser substituída, em 1937, pelo Instituto de Altos Estudos Militares, destinado a ministrar cursos de Altos Comandos e os cursos para major e oficial do Corpo de Estado-Maior. Na Marinha, foi criado, em 1920, o Curso Naval de Guerra, destinado a preparar oficiais para funções de Estado-Maior. Também este "Curso" veio a ser substituído, em 1948, pelo Instituto Superior Naval de Guerra, destinado a formar oficiais para funções de

Estudos da Força Aérea (IAEFA) e criou o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), ao qual foi cometida a missão de ministrar aos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da GNR a formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares necessária ao desempenho das funções de comando, direcção, chefia e estado-maior, ao nível do EMGFA, dos ramos das Forças Armadas, da GNR e em Forças Conjuntas e Combinadas e em organizações internacionais. Este Instituto foi ocupar as instalações do antigo IAEM, em Pedrouços, Lisboa. O IESM começou a sua actividade de imediato, assegurando logo no ano lectivo 2005/06 os cursos de promoção dos três ramos e os cursos de qualificação específicos do Exército e da Marinha.

Esta integração dos três antigos institutos no IESM, que já vai no sexto ano lectivo, demonstrou ser aposta ganha,

estado-maior e para promoção a oficial superior e a oficial general. Na Força Aérea, para assegurar este tipo de formação, foi criada, em 1966, a Escola de Estudos Superiores da Força Aérea, mais tarde substituída pelo Instituto de Altos Estudos da Força Aérea.

As Escolas/Academias de formação de oficiais foram sempre estabelecimentos de ensino superior e entre os seus formandos contam-se inúmeros homens de ciência, muitos de reconhecimento nacional e internacional, mas muitos outros que, nunca tendo saído de um relativo anonimato, não deixaram de merecer elevada consideração dos seus pares e, sobretudo, de dar importantes contributos para o desenvolvimento da ciência em Portugal.

A partir de 1986 a Escola Naval e as academias Militar e da Força Aérea, cujos *curricula* eram, no aplicável, reconhecidos para equivalência pelas universidades nacionais, foram integradas no sistema universitário nacional, passando a reger-se pelos mesmos parâmetros de avaliação e a conferir grau de licenciado. Esta situação manteve-se apenas com alterações curriculares inerentes à evolução das necessidades das Forças Armadas que, nalguns casos, incluiu a criação de novos cursos. De referir que no início do século XXI os Estabelecimentos de Ensino Superior Militar foram alvo de avaliações levadas a cabo pelo então Conselho Nacional da Avaliação do Ensino Superior (CNAVES).

Em 2005, mais precisamente em Setembro, deu-se início à reforma do Ensino Superior Militar a que acima aludi, através da publicação do Decreto-Lei nº 161/2005, de 22 de Setembro, que extinguiu o Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG), o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) e o Instituto de Altos

nível hierárquico em que o conjunto já tem expressão, designadamente nos estados-maiores e no comando de unidades de dimensão em que é importante uma visão "conjunta". Neste ponto, importa sublinhar a distinção entre o IESM e a Escola Naval e academias Militar e da Força Aérea, pois aí formam-se os oficiais para o ambiente específico em que vão operar, em que, para além das necessárias competências técnicas, é fundamental transmitir o espírito e as características que os vão tornar capazes de suportar a vida a bordo de um navio, numa unidade do Exército ou numa aeronave, ou base aérea, em situações por vezes extremas. Sendo certo que as realidades das Forças Armadas modernas são bem diversas daquelas em que viveram os militares do passado, ao longo dos anos houve aprendizagens que hoje se incluem nas tradições dos três ramos e que por essa razão é imprescindível que sejam adequadamente transmitidas. Esta é aliás uma realidade que foi considerada pela quase totalidade das forças armadas europeias e da América do Norte, onde o conceito "conjunto" está mais desenvolvido. Ainda neste sentido, cito uma frase do Senhor General CEMGFA, proferida no seu discurso de tomada de posse: *"Os ramos das Forças*

Armadas operam em ambientes físicos diferenciados, pelo que a acção conjunta deve assentar na preservação da identidade e da especificidade das "partes", tendo como objectivo, último e único, obter ganhos de eficiência no emprego e na articulação da força militar constituída por componentes orgânicas de mais de um ramo".

A criação do IESM e consequente extinção dos antigos institutos dos ramos constituiu, sem dúvida, uma alteração profunda, no entanto, foi já em 2008 que efectivamente se iniciou a reforma do ensino superior militar com a publicação do Decreto-Lei nº37/2008, de 5 de Março, que veio completar o quadro legal da adaptação do ensino superior nacional às "normas de Bolonha", adaptando esse mesmo normativo aos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (EESPM), ali assim designados, tendo em consideração as suas especificidades militares.

Através deste diploma, o IESM assumiu a natureza de estabelecimento de ensino superior universitário militar, tal como os restantes EESPM, sendo-lhe no entanto reservada uma especificidade acrescida. Do mesmo passo, aos EESPM foi atribuída a capacidade de conferir todos os graus académicos, ainda que o grau de Doutor só possa sê-lo em associação com outra universidade. No âmbito da adequação a Bolonha, a Escola Naval e as academias Militar e da Força Aérea alteraram os planos de estudos dos cursos que outrora ministravam e que conferiam licenciatura, de forma a dar-lhes uma formatação modular e tendo em consideração a atribuição de créditos escolares, os ECTS (*European Credit Transfer System*). Os cursos agora referidos passaram a ser organizados em dois ciclos de estudos integrados, o primeiro de três anos conferente de licenciatura (180 ECTS) e o segundo de dois anos (120 ECTS), conferindo no seu termo o grau de Mestre (300 ECTS). O IESM, pela duração dos seus cursos, mesmo adquirindo a natureza universitária, não passou a atribuir directamente quaisquer graus académicos, mas adequou os seus planos de estudos para uma formatação modular e passou a conferir ECTS, facilitando desta forma a conclusão de estudos pós-graduados com base nos cursos do IESM. Entretanto, este Instituto está também a preparar-se para, a curto prazo, autonomamente ministrar cursos conferentes do grau de Mestre e, em associação com outras universidades, conferir o grau de Doutor.

Esta alteração teve várias consequências, desde logo uma alteração significativa na actividade académica e na natureza dos alunos que, além de deixarem de ser exclusivamente militares, passaram também a trazer àqueles estabelecimentos de ensino, como alunos, oficiais das mais variadas patentes, terminando com a antiga fronteira entre a Escola Naval e academias, de onde saíam Guarda-Marinhas ou Alferes, e o IESM, onde só ingressavam oficiais superiores ou que se habilitavam a sê-lo. Porém, talvez a implicação mais substantiva tenha sido a necessidade de conformar a investigação, que até então vinha sendo efectuada, com os padrões de uma instituição universitária. Essa necessidade impôs a criação de centros de investigação que, embora localizados e dependendo fundamentalmente dos docentes, mestrandos e doutorandos dos estabelecimentos de ensino, integram todos os investigadores existentes no ramo respectivo e levam a cabo projectos e investigação com relevância directa na missão do ramo das Forças Armadas a que pertencem.

No caso do IESM, onde foi criado o Centro de Investigação em Segurança e Defesa do IESM (CISDI), tal como os outros, embora intimamente ligado à actividade académica do Instituto, pretende também agregar as capacidades de investigação em Segurança e Defesa, residentes não só nas Forças Armadas, mas também no meio civil.

Esta reforma incluiu ainda a criação de um Conselho do Ensino Superior Militar (CESM), constituído por um presidente e três personalidades civis do meio universitário, nomeados pelo Ministro da Defesa Nacional, um representante do Ministro da Defesa Nacional, um representante do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e um representante do CEMGFA, CEMA, CEME, CEMFA e Comandante-Geral da GNR. Este órgão, sendo de conselho do Ministro da Defesa Nacional, desempenhará certamente uma função muito importante no sentido de contribuir para a coerência, qualidade e eficiência do ensino superior militar.

Como já atrás referido, o ensino superior militar, ao ser integrado no sistema de ensino universitário, é obrigado a obedecer aos requisitos impostos às demais universidades, designadamente na avaliação e acreditação dos estabelecimentos de ensino e dos cursos que ministram ou pretendem vir a ministrar, tarefa cometida a nível nacional à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e que, no caso do ensino superior militar, terá o acompanhamento do CESM.

Esta reforma, como já referido, veio introduzir grandes desafios aos estabelecimentos de ensino superior militar, pois têm de criar os dispositivos e condições para responder aos requisitos agora impostos e aproveitar ao máximo todas as potencialidades que as novas condições lhes oferecem sem, no entanto, ofender a sua razão de ser, expressa na missão que lhes foi atribuída.

Em jeito de remate, considero que, ao longo dos séculos, o País foi capaz de tomar as medidas que garantiram a relevância e a razão de ser do ensino superior militar e que a reforma recentemente efectuada vem nesse sentido ao criar as condições para que as Forças Armadas e os seus oficiais possam usufruir melhor das capacidades existentes no sistema universitário nacional e, simultaneamente, contribuir melhor para o desenvolvimento do conhecimento em Portugal.

estão criadas as condições para que exista uma maior e melhor interacção entre os ensinos superiores militar e civil (...) melhorando a percepção de que a sociedade portuguesa tem da realidade das suas Forças Armadas

Finalmente, considero que estão criadas as condições para que exista uma maior e melhor interacção entre os ensinos superiores militar e civil, o que certamente dará um forte contributo para esbater a fronteira entre o "mundo" militar e o civil, eliminando desconfianças e melhorando a percepção de que a sociedade portuguesa tem da realidade das suas Forças Armadas.

Autor

Luís Macieira Fragoso
Almirante, Director do IESM

Na procura de rumo para a Educação e para o Ensino

A crise em que o País se afundou é iniludível e não pode deixar de ser assumida de forma consciente e responsável por todos e cada um de nós, Portugueses. Crise que, sendo objectiva e reconhecidamente financeira, é também económica, social, cultural, axiológica e educativa. Sobretudo, educativa.

De facto, vêm de longe os males causados à Educação e ao Ensino pelos muitos disparates de natureza política, administrativa, científica e pedagógica, cometidos por sucessivas equipas ministeriais responsáveis pelo sector. Mas não menos disparatadas se revelaram algumas decisões decididas a nível parlamentar.

Dado que a superação da crise implica indispensável e profunda reconversão da estrutura político-administrativa do Estado, sinto ser meu dever, no sector a que sempre estive ligado e melhor conheço, contribuir para que o País

encontre e defina o rumo que garanta o sucesso educativo dos seus jovens.
Nesta perspectiva, o espaço que me vai sendo facultado por *Cidadania e Defesa* é o que se me afigura mais adequado e propício. Assim, segue-se o que sobre o tema em epígrafe, numa primeira fase, se me oferece fazer reflectir.

Exposição de Motivos

Hoje, em Portugal, ninguém tem dúvidas sobre o estado de degradação humana, científica, pedagógica, técnica, moral e disciplinar a que o Sistema Educativo chegou. Com efeito, é de tal modo evidente, que se afigura de todo impossível ignorá-lo. Aliás, a situação tem vindo a ser sucessivamente confirmada em relatórios de organizações internacionais que têm chegado até nós.
Em face deste descalabro - e tendo em vista um mais seguro e promissor futuro para a Juventude -, importa tomar as medidas adequadas e indispensáveis à travagem do seu avanço e dar início com urgência e determinação, mas também com incisiva e serena objectividade, à reabilitação e consequente reestruturação do sistema.
Como está sobejamente demonstrado, não é com medidas avulsas tomadas sobre o joelho e visando objectivos sectoriais de legitimidade e eficiência duvidosas que tal desiderato se alcança. Confirmam-no as sucessivas práticas eivadas de incoerências, de contradições e de ausência de sentido da realidade dos últimos ministros e ministras que geriram e gerem a pasta da Educação. Impõe-se, por isso, em primeiro lugar, criteriosa análise da situação global, tendo em vista a detecção das causas da degradação em que o sistema se encontra; em segundo lugar, pragmática reflexão sobre princípios e valores que se pretendem subjacentes ao sistema educativo a implantar; por fim, fundamentado estudo em ordem à coerente estruturação e eficaz funcionamento dos organismos e instituições que asseguram o processo de desenvolvimento do Sistema Educativo.

Causas da Degradação Verificada

Segundo o entendimento de profissionais que à Educação e ao Ensino têm dado o melhor de si em funções quer docentes quer técnicas e administrativas, constituíram-se em causas determinantes da actual degradação do sistema:
- A ideia, consciente ou inconscientemente interiorizada pelas forças políticas no poder, de que a Escola é o aparelho ideológico do Estado e como tal deve funcionar.
- A macroburocratização do sistema, traduzida no exagerado número de organismos centrais, regionais e locais nele implantados, o que pressupõe a subjugação do solícito reino da Pedagogia pelo prepotente e todo-poderoso império da Burocracia;
- A coabitação entre a Teoria do Caos e a Teoria da Burocracia na administração do sistema, da qual resulta o modelo de gestão híbrido, responsável pela indefinição e ambiguidade em que se encontram mergulhados o Ensino, a Educação e a Escola;
- A existência de modelos de escola conceptualmente divergentes, expressa quer na legislação que regula o sistema quer no seu funcionamento, o que se traduz em natural e evidente ineficácia;
- A ostensiva prevalência do igualitarismo facilitista e do utilitarismo mercantilista sobre o humanismo personalista na concepção, estruturação e desenvolvimento de currículos e programas escolares;
- A adulteração da função científico-pedagógica da Escola, cometendo-se-lhe funções e responsabilidades de natureza social para que não foi vocacionada nem está preparada, como é o caso dos objectivos que conduziram à redução para 6 anos, feitos até 31 de Dezembro, da idade da primeira matrícula, cujos resultados, um ano após, se revelaram verdadeiramente catastróficos e cujas consequências estão hoje à vista com o aumento do número de crianças com dificuldades de aprendizagem.
- A perversão da função do Professor nas escolas com a atribuição de tarefas de matriz burocrática e supletiva que o impedem do correcto exercício da sua função docente;
- O estatuto da carreira docente inspirado em critérios de índole economicista em vez de critérios de natureza humana e formativa.
- A ausência de um organismo de auto-regulação da profissão docente que, para além de estabelecer o seu quadro deontológico, defenda "a mais fundamental e mais ética das profissões" de medidas arbitrárias, inconsequentes e nefastas tomadas em função de políticas desajustadas da realidade educativa.

Clarificação de Conceitos

O Sistema Educativo tem por objectivo primacial criar condições para, através da educação e do ensino, promover o desenvolvimento integral e harmónico dos alunos, de cada aluno, proporcionando-lhes a aquisição dos instrumentos científicos, técnicos, psicossomáticos, estéticos e morais que os habilitem a prosseguir a sua formação ao longo da vida. Para que funcione correcta e eficazmente, importa que se clarifiquem os conceitos, a fim de evitar ambiguidades e indefinições que o paralisam e pervertem a sua função.

Formação - Caminhada que a pessoa realiza ao longo da vida rumo à plenitude da sua humanidade, o que implica uma visão humanista e personalista da actividade desenvolvida no âmbito do sistema pedagógico.
- A meta a atingir consiste no equilíbrio do sujeito na sua relação consigo mesmo (relação pontual), na sua relação com Deus (relação vertical) e na sua relação com o Outro e a Natureza (relação horizontal).
- A concretização deste processo implica a comunicação, isto é, a recepção, a descodificação, a elaboração e a transmissão de mensagens pelo sujeito.
- Para se ajudar a alcançar este equilíbrio, o Homem criou e desenvolveu a Ciência e a Arte. Para o equilíbrio da relação consigo desenvolveu a Medicina nas suas várias vertentes; para o da relação com Deus, criou as religiões

e inventou a Teologia; para a horizontal, desenvolveu as Línguas, o Direito, a Matemática, a Física, a Química, a Geometria, a Geografia, a Arquitectura, a História, etc.; para alcançar o equilíbrio simultâneo das três dimensões, criou a Arte de que a Música é a suprema expressão.
- A formação compete ao próprio sujeito e é da sua inteira responsabilidade. Em boa verdade, trata-se de um processo de autoformação.

Educação - O termo "educação" tem origem no termo *educere* (conduzir para fora). A educação consiste no processo de conduzir o indivíduo para fora de si, isto é, torná-lo pessoa através da socialização e integração cultural na comunidade em que se encontra, seja esta local, regional, nacional ou global.
- A Educação compete às entidades socioculturais da comunidade em que o indivíduo se integra: Família, Autarquias, Estados, cumprindo-lhes acolhê-lo, integrá-lo e dotá-lo de adequados e eficientes instrumentos humanos, éticos, científicos, técnicos e estéticos indispensáveis à sua formação.

Ensino - A palavra "ensino" provém do termo latino *insignare* (instilar sinais). Ensinar, pois, consiste em transmitir conhecimento, isto é, esclarecer o sujeito sobre o quê, o como, o porquê e o para quê dos fenómenos por ele observados. São exemplos destes sinais, o alfabeto próprio da Língua com que se constroem as palavras e as frases, os algarismos em que se estrutura a Matemática, as pautas e figuras musicais que traduzem sons canoros, os princípios e leis da Física, da Geometria e da Química, etc.
- O ensino, tal como está organizado hoje, compete à Escola, sobretudo no que respeita às dimensões científica e filosófica do conhecimento.

Conhecimento - Consciência intencionalmente tomada pelo sujeito sobre os actos e fenómenos que observa.
Segundo Manuel Patrício, conceituado pedagogo e filósofo da Educação, as dimensões fundamentais do conhecimento são cinco:
- Dimensão instintiva, que tem por objectivo a conservação da espécie;
- Dimensão intuitiva, que tem por meta a resposta ao quê dos fenómenos;
- Dimensão científica, que visa a resposta ao como dos fenómenos;
- Dimensão filosófica, que aponta para a resposta ao porquê dos fenómenos;
- Dimensão prospectiva (sageza), cujo objectivo é a resposta ao para quê dos fenómenos, ou seja, a previsão dos seus resultados.

Organização do Sistema Pedagógico

Instituições educativas - Visam a correcção das práticas inspiradas pelo conhecimento instintivo intrínseco a todo o ser vivo (alimentação, higiene, reprodução e defesa) e o desenvolvimento do conhecimento intuitivo, adquirido de modo empírico pelos sentidos e pela experiência de vida.
- São instituições educativas a família; as associações culturais, religiosas, desportivas e recreativas; os meios de comunicação social, designadamente as audiovisuais; a comunidade em que o sujeito se integra; a escola e outros organismos do Estado com que o sujeito se relaciona.

Escola - A função da escola radica na prática do ensino (instilar sinais) que tem por finalidade fundamental a transmissão, a aquisição, a aplicação e a construção de conhecimento científico, filosófico e prospectivo.
- Cumpre à escola dotar os alunos, em geral, e cada aluno, em particular, dos instrumentos humanos, éticos, estéticos, científicos e técnicos atinentes ao eficiente desenvolvimento da sua formação integral.
- Paralelamente, em função desta obrigação, a escola é também um espaço privilegiado de educação e de integração cultural (vide Escola Cultural e sua estrutura saída da Comissão de Reforma de 1985/1987, cujo fundador foi o já referido Professor Manuel Patrício).
- Cumpre ainda a organização de estruturas eficientes para apoio a crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem.
- Competindo ao Estado assegurar a universalidade e a gratuitidade do ensino, bem como garantir aos pais a liberdade de escolha do ensino para os filhos, cumpre-lhe assumir a despesa com o pagamento dos vencimentos de todos os professores que leccionam as matérias da dimensão curricular do programa, exerçam estes a docência quer em escolas de gestão pública quer em escolas de gestão privada e cooperativa, dado que ambas prestam um serviço público ao País.
- A escola, designadamente a escola de gestão pública, para poder gerir com equilíbrio e eficácia os diversos interesses que nela se manifestam, deve ser libertada da gestão burocrática e centralizada que o Estado lhe impõe e ser dotada da autonomia gestionária que lhe permita uma auto-governação à luz de normas próprias que regulam a sua actividade.

Estrutura do Ensino (Currículo nacional)

- Ensino básico (ou primário), do primeiro ao sexto ano de escolaridade, distribuído por dois ciclos, de três anos cada um.
- Disciplinas científicas do primeiro ciclo: Língua Materna, Aritmética, Música, Desenho Livre, Trabalhos Manuais.
- Disciplinas científicas do segundo ciclo: Português, Inglês, Matemática e Geometria, Música, Desenho à Vista e Geométrico, Trabalhos Manuais, História e Geografia de Portugal, Ciências da Natureza.
- Ensino complementar (ou secundário), do sétimo ao décimo primeiro ano de escolaridade, distribuído por dois ciclos: o primeiro de três anos e o segundo, de dois.
- Disciplinas científicas do primeiro ciclo: Português, Inglês, Língua de opção, História Universal, Música, Matemática, Físico-química, Geografia Universal, Desenho, Ciências da Natureza.

Nota.

Durante o ciclo, funciona na escola um serviço de aconselhamento psicológico e de orientação escolar e profissional.

Estrutura do segundo ciclo:

Área de Ciências Humanas
Área de Ciências Exactas
Área das Artes
Área do Desporto e Educação Física
Área de Tecnologias

As disciplinas científicas a ministrar no ensino complementar (secundário) são as de acordo com exigências e natureza dos cursos a seguir por cada aluno. Entretanto, a Filosofia é comum a todas as áreas.

O sistema de ensino destina-se aos jovens com idade a partir dos 7 anos feitos até 31 de Dezembro do ano civil da primeira matrícula.

A frequência da escola é obrigatória para todos os jovens até ao fim do ano escolar em que perfazem quinze anos, independentemente do nível de escolaridade alcançado.

Não pretendendo continuar os estudos, os alunos são encaminhados para o Ensino Técnico-Profissional, a fim de frequentarem cursos profissionais compatíveis com o grau de escolaridade alcançado, o nível de conhecimentos adquiridos e as suas aptidões psicofísicas.

Dentro do espírito e de acordo com os princípios do modelo da Escola Cultural, cujo funcionamento foi bárbara, injustificada, errónea e infundadamente interrompido por inepta decisão de equipa ministerial de má memória, cada escola dispõe de autonomia pedagógica para elaborar planos de actividade extra-curricular, tendo em consideração os interesses dos alunos e a realidade da região em que se insere.

Para o desenvolvimento da actividade extra-curricular, a escola dispõe da colaboração das autarquias, cujas competências e responsabilidades devem ser definidas por lei, e ainda do apoio das organizações culturais, desportivas e sociais interessadas.

Autor

Pinho Neno
Mestre em Ciências da Educação
Sócio n.º 572/96 da AACDN

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Actualidades & Acontecimentos

Rectificação

Por lapso, do qual apresentamos as nossas desculpas, a noticia da pág. 23 do último *Boletim Informativo* a dar a conhecer o mais recente sócio honorário não foi bem intitulada.
Com efeito, o título da notícia deve ser este: **General Valença Pinto, Sócio Honorário da AACDN**

Apresentação de cumprimentos ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

No passado dia 5 de Abril, a Presidente da Direcção da AACDN, Drª. Isabel Meirelles, acompanhada pelo seu Vice-Presidente, Dr. Marques Fernando, deslocou-se ao Estado-Maior da Força Aérea, em Alfragide, com o fim de apresentar cumprimentos ao recém empossado Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General José António de Magalhães Araújo Pinheiro.
Após a apresentação de cumprimentos, o General José Araújo Pinheiro trocou impressões acerca de problemas de Segurança e Defesa com os elementos da Direcção e disponibilizou-se a colaborar com a AACDN, nomeadamente no respeitante a visitas a Unidades e Órgãos pertencentes à Força Aérea.
A Drª. Isabel Meirelles formulou votos dos maiores êxitos e felicidades ao General José Araújo Pinheiro, na chefia do Ramo.

Vice-Presidente da ADESG em Portugal

O Vice-Presidente da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, do Brasil), General de Brigada Umberto Ramos de Andrade, esteve em Portugal, a fim de participar no seminário "A Segurança e a Defesa do Atlântico Sul", integrado na XXXII edição dos Colóquios de Relações Internacionais.
Como organização congénere, com quem a AACDN mantém desde sempre uma ligação muito cordial, o General Umberto Ramos de Andrade foi recebido pela Presidente da Direcção, Dra. Isabel Meirelles, tendo sido discutidos temas de interesse, sobretudo no âmbito de uma colaboração futura mais estreita entre as duas instituições. O Vice-Presidente da ADESG esteve, também, reunido com o Presidente da Delegação Regional do Norte, Dr. António Vilar, e com a vogal, Dra. Maria Augusta Guimarães.
A empatia que se gerou entre todos, devido à simpatia e disponibilidade inexcedíveis do General Umberto Ramos de Andrade e da sua esposa, faz antever uma cooperação muito profícua entre as duas associações.
Esteve, também, em Portugal o Director Jurídico da ADESG, Professor Doutor Luís Felizardo de Sousa, tendo sido recebido pela Presidente da Direcção e pela Vice-Presidente, Dra. Maria do Céu Madeira.

Actualidades & Acontecimentos

Visita da AACDN à Base Naval do Alfeite

No seguimento das suas actividades habituais que visam um melhor conhecimento das realidades da Defesa Nacional, em geral, e das Forças Armadas, em particular, um grupo de associados da AACDN, a convite do Almirante CEMA, visitou, no dia quatro de Abril de 2011, as instalações da Base Naval do Alfeite, em especial as da Esquadrilha de Submarinos, as do Destacamento de Mergulhadores e a fragata "D. Francisco de Almeida", uma das mais recentes unidades ao serviço da Armada portuguesa.

A Base Naval do Alfeite, designada por Base Naval de Lisboa por força do Decreto-Lei 41.989, de 3 de Dezembro de 1958, situada na que foi a Quinta Real do Alfeite, foi inaugurada nos finais dos anos trinta e destinava-se a ser o principal ponto de apoio logístico de todos os navios da Armada portuguesa que, até essa data, ficavam ancorados ao largo de Lisboa, no vasto estuário do Tejo, ou nas instalações navais da Marinha, em Vila Franca de Xira. Nessa mesma época, nasceria o Arsenal do Alfeite, uma estrutura industrial fundamental para a reparação e manutenção dos navios da esquadra e que, nos anos iniciais e até ao fim das campanhas de África, construiu muitas unidades para a Marinha de Guerra (...) O grupo de Auditores, acompanhado por alguns familiares, foi recebido pelo Contra-Almirante Carlos Manuel Mina Henriques, comandante da Flotilha que, mais tarde, durante o almoço oferecido na Messe dos Oficiais da Base, em conversa informal, nos falou sobre a base do Alfeite e as suas capacidades e desafios para o futuro.

A visita teve início na Esquadrilha de Submarinos, tendo o seu segundo comandante, numa síntese muito completa, fornecido dados sobre a história da esquadrilha e dos submarinos que a Armada teve ao seu serviço, desde a primeira década do século XX até à actualidade, com a chegada a Lisboa, nos primeiros dias de Abril do corrente ano, do "Arpão", segunda e última unidade da classe "Tridente" (...) Com estas duas unidades, a Armada propõe-se defender os superiores interesses nacionais, numa altura em que Portugal é já detentor de uma extensa Zona Económica Exclusiva, podendo ver a mesma ser aumentada, com os cuidados que isso implica.

O Comandante do Destacamento de Mergulhadores, no seu *briefing*, explicou quais as tarefas desempenhadas pelos três grupos de mergulhadores existentes e a cooperação que existe entre a Armada e várias entidades civis, nomeadamente os bombeiros, no treino e preparação de mergulhadores. Nas suas instalações estava exposto algum do material que dota na actualidade a unidade e que foram muito apreciados pelos Auditores.

Seguiu-se depois um pequeno passeio a pé até junto da fragata "Dom Francisco de Almeida", tendo-se apreciado os navios que estavam atracados na base naval, alguns deles já bem avançados na idade, caso das corvetas da classe "João Coutinho/Baptista de Andrade", do navio balizador "Schultz Xavier", dos navios escola "Creoula" e "Sagres" e do petroleiro "Bérrio".

A fragata "Dom Francisco de Almeida", a segunda da classe "Bartolomeu Dias", foi adquirida à Real Armada da Holanda, tendo os dois navios importado em duzentos e cinquenta milhões de euros. São unidades de 1993/1994, com armamento e equipamentos muito idênticos aos das três fragatas da classe "Vasco da Gama", e vieram substituir as duas últimas fragatas da classe "Comandante João Belo", entretanto vendidas ao Uruguai. Esta fragata é a segunda unidade naval da Armada portuguesa a ostentar o nome

de Dom Francisco de Almeida pois, entre 1959 e 1961, o Governo do Doutor Salazar comprou, em segunda-mão, quatro fragatas britânicas que formariam a classe "Álvares Cabral". Uma delas, a "Morecambe Bay", receberia o nome daquele grande militar do século XVI e que na Índia impôs o nome de Portugal por muitas décadas.

O Comandante do navio que visitámos, e após um interessante *briefing* realizado no convés do helicóptero, conduziu os Auditores, divididos em dois grupos, na visita a algumas das zonas interiores do navio, sendo de realçar o modo esplêndido como os militares responsáveis dessas áreas elucidaram todos os visitantes. No final da visita ao navio, uma equipa de abordagem, devidamente equipada, estava alinhada na popa da fragata para, com o material que lhe está atribuído organicamente, mostrar aos Auditores o seu poder de fogo em caso de abordagem e posterior fiscalização a embarcações suspeitas de actos de pirataria. Realce-se que a Marinha portuguesa tem tido uma notável actuação nas missões que vem efectuando nas perigosas costas da Somália, integrando forças navais de diversos países que garantem a segurança dos milhares de navios que sulcam as referidas águas.

Na messe dos oficiais da Base, na conhecida sala da lareira, foi servido um excelente almoço, o qual foi pretexto para uma troca de impressões entre os elementos da Armada presentes e os Auditores e seus familiares, assim se encerrando umas boas horas de contacto com um dos três ramos das Forças Armadas, aquele que, nos últimos anos, mais tem levado a bandeira nacional a diferentes cantos do planeta, como foi o caso da última viagem de circum-navegação realizada pela "Sagres" em 2010.

À Armada, aos seus oficiais, sargentos e praças, homens e mulheres, o nosso agradecimento e um bem hajam pela sua amizade e tradicional hospitalidade, muita própria da gente que, navegando nos oceanos imensos, são o garante da defesa do País, no presente como o foram galhardamente no passado.

Manuel Alves(CDN 95)

Visita ao Porto de Leixões

A Delegação do Norte da AACDN promoveu, no passado dia 6 de Maio, uma visita guiada ao Porto de Leixões, na qual participaram 17 Auditores.

A delegação foi recebida pelo Engº João Pedro Matos Fernandes, Presidente do Conselho de Administração da APDL que, durante mais de uma hora, fez uma esplêndida exposição acerca do Porto de Leixões e dos objectivos empresariais, com o que cativou toda a assistência.

Seguiu-se uma visita à área portuária, com particular destaque para o Centro de Coordenação e Segurança do Porto de Leixões, à Portaria Principal e aos Terminais de Movimentação de Mercadorias. No final, os Auditores manifestaram o seu regozijo e admiração pelo que tinham visto e ouvido.

Protocolo com a APEGSaúde

No âmbito da estratégia de desenvolvimento de Parcerias e Cooperação Externa, a AACDN celebrou, no passado dia 30 de Maio, um Protocolo com a APEGSaúde - Associação Portuguesa de Engenharia e Gestão da Saúde, associação privada de natureza técnico/científica, que visa a permanente formação e melhoria do conhecimento científico dos seus membros e o debate e divulgação de matérias e temas relevantes relacionados com a Saúde.

Tendo em consideração as suas potencialidades, onde a Saúde é um dos vectores fundamentais da Defesa Nacional, estas duas associações, que prosseguem objectivos comuns, entenderam associar-se no sentido de, em conjugação de esforços, realizarem acções de promoção do ensino, formação, investigação científica, divulgação de estudos e resultados de trabalhos científicos, bem como desenvolverem o conhecimento e o debate de temas relacionados com a Saúde e a Defesa e, ainda, promoverem o intercâmbio entre especialistas através da realização de conferências, seminários e visitas técnicas de interesse mútuo.

Actualidades & Acontecimentos

A Ingerência do Poder Político nos Media

Na prossecução do Plano de Actividades da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, integrado nos designados Jantares-debate, decorreu no dia 30 do passado mês de Maio mais um jantar-debate, com uma palestra proferida pelo Dr. Francisco Pinto Balsemão e subordinada ao tema *A Ingerência do Poder Político nos Media.*

A importância e actualidade do tema, a que acrescem as preocupações que, sobre esta matéria, todos partilhamos, associadas às altas qualificações e experiência do palestrante, bem como à sua reconhecida intervenção cívica, cedo suscitaram significativo interesse por parte dos Associados.

Não se estranha, por isso, que também este, à semelhança de outros jantares-debate, tivesse sido particularmente concorrido.

E se é verdade que a expectativa era grande, também não é menos verdade que o orador, com o seu saber, a sua experiência e o seu jeito de tratar com simplicidade coisas complexas, ultrapassou as fasquias mais ambiciosas.

A nossa presidente, Dra. Isabel Meirelles, abriu a sessão e cumpriu com mérito e simpatia a difícil tarefa de sintetizar o extenso e diversificado *curriculum vitae* do orador, que aqui, de forma mais sucinta, se realçam as suas qualidades de jornalista, a sua experiência e êxito como empresário, a sua actividade política, antes e depois do 25 de Abril, em que, entre outras e diversificadas intervenções cívicas e políticas, foi fundador do PPD, hoje PSD, Ministro e também Primeiro Ministro de um Governo Constitucional.

Foi então a vez de o palestrante, excelente e experiente comunicador, iniciar a sua intervenção e, em jeito coloquial, falar-nos do valor inestimável da liberdade da imprensa. Percorreu, em passo estugado, alguns dos países que, lamentavelmente, ainda não lograram alcançar esse patamar de liberdade.

Mas salientou que também entre nós existem formas de limitar a liberdade de imprensa, mais institucionalizadas umas, mais veladas outras, como é o caso da publicidade, cuja contratação é muitas vezes condicionada em função dos conteúdos jornalísticos serem ou não considerados de interesse por quem contrata a publicidade.

Salientou ainda o facto de os poderes tradicionais continuarem a tentar condicionar a democracia através das ameaças

à liberdade de imprensa, mas dizendo que essas ameaças são igualmente feitas por novos poderes, como é o caso das multinacionais ou dos fundos financeiros.

Mas se, por um lado, estas interferências existem, por outro, o grande juiz é o leitor, sendo, essencialmente, este que pode promover o crescimento ou a queda de um meio de comunicação. Interrogou-se, depois, se vale a pena estar nesta cruzada, para logo de seguida responder à pergunta, afirmando ser sua convicção que sim, esclarecendo que sem jornalismo livre não há liberdade.

Entrou-se depois no período de debate. As perguntas, pertinentes, foram fluindo, às quais o orador respondeu com o brilhantismo que tinha caracterizado a sua conferência. Possivelmente, outras perguntas haveria para formular, mas o adiantado da hora impunha que a sessão terminasse.

Terminava, assim, mais um excelente janter-debate.

José Monteiro

Fundação Champalimaud

O Centro de Investigação Champalimaud despertou tanto interesse aos Auditores que, depois da primeira visita, em 15 de Março último, mais duas já se realizaram, plenas de sucesso e com grande número de Auditores.

Para além da Dra. Maria João Villas-Boas, que guiou as visitas, a segunda visita contou com a muito simpática e eloquente presença da Presidente da Fundação, Dra. Leonor Beleza, nossa distinta associada, que deu uma magnífica visão do que é o Centro de Investigação Champalimaud.

A Presença Portuguesa em África

A Comissão Executiva do XVIII Encontro Nacional de Combatentes, a Revista Militar e a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional organizaram, no passado dia 9 de Junho, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, uma conferência sobre "A Presença Portuguesa em África".

O objectivo deste evento foi prestar homenagem a todos os portugueses, civis e militares, que em África se sacrificaram pela sustentação do Império.

A sessão de abertura contou com a presença do General Espírito Santo, da Dra. Isabel Meirelles e do Tenente-General Vizela Cardoso, em representação das instituições organizadoras, e com o Prof. Doutor Adriano Moreira que proferiu a palestra inaugural.

A conferência constou de dois painéis: O primeiro painel, intitulado "A estratégia de ocupação e o encontro civilizacional", contou com a alocução do Prof. Doutor Rui Ramos sobre as linhas de força da ocupação de posições em África pelos portugueses, na perspectiva estratégica e do desenvolvimento económico e humano, desde o século XVI ao fim da década de cinquenta do século XX; e o conceito de espaço de interesse, face ao ambiente físico, social e político, e às capacidades reais. O Prof. Doutor José Carlos Oliveira apresentou elementos históricos sobre as migrações africanas nos territórios do Ultramar Português e o Prof. Doutor Pereira Neto deu exemplos de interacção cultural, sobre as relações dos portugueses com outros povos em África e sobre os encontros civilizacionais.

Este painel foi moderado pelo Almirante Vieira Matias.

O segundo painel, intitulado "A evolução da situação desde as vésperas do século XX", foi moderado pelo Tenente- General Jesus Bispo e contou com uma alocução do Tenente- Coronel José Brandão Ferreira sobre as alterações nas condições de segurança no Ultramar Português na sequência do Congresso de Berlim de 1884/5, a influência das forças europeias em presença e o papel das forças indígenas e de outros agentes do Estado ou de particulares na defesa da soberania nacional. O Prof. Doutor Jaime Nogueira Pinto apresentou a evolução da posição da comunidade internacional quanto às ideias de colonização e de descolonização, os efeitos práticos no terreno e a posição do regime português; e o Prof. Doutor António José Telo falou-nos do processo de decisão política nacional para o início das operações militares em África no ano de 1961.

O evento contou com a presença de cerca de 250 pessoas, o que estimulou um debate final muito caloroso e enriquecedor.

Todas as alocuções e as conclusões da Conferência "A Presença Portuguesa em África" serão brevemente publicadas no suplemento da Revista Militar.

XVIII Encontro Nacional dos Combatentes

Realizou-se em 10 de Junho o XVIII Encontro Nacional dos Combatentes, cerimónia que, todos os anos, homenageia aqueles que caíram ao serviço da Pátria, designadamente durante as últimas campanhas do Ultramar.

A AACDN fez-se representar através do seu Presidente da Assembleia Geral, Major-General Mariz Fernandes.

As comemorações tiveram início com uma missa rezada no Mosteiro dos Jerónimos, presidida pelo Bispo de Timor, Dom Ximenes Belo. Prolongaram-se com as cerimónias que decorreram junto ao monumento aos Combatentes, em Belém.

Perante numerosas individualidades e milhares de assistentes, foi prestada homenagem aos mortos da Policia de Segurança Pública e enaltecida a participação desta Força de Segurança no período da guerra ultramarina.

Um capelão das Forças Armadas e um *sheik* islamita celebraram uma cerimónia religiosa conjunta, a que se seguiu a deposição de numerosas coroas de flores por parte da organização do evento, dos três Ramos das Forças Armadas, das várias Associações de Combatentes e de Veteranos das Forças Armadas.

A findar, as Forças em presença desfilaram, sendo acompanhadas por salvas feitas por um navio da Armada e pela passagem de várias aeronaves da Força Aérea. Como já é tradicional, a cerimónia terminou com o lançamento de Páraquedistas sobre a zona das comemorações.

Major-General Mariz Fernandes

Actualidades & Acontecimentos

Visita ao Palácio de Belém

No passado dia 27 de Março, decorreu mais um Sábado Cultural, com uma visita ao Palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República, onde à porta do Museu da Presidência, fomos recebidos pelo Dr. Óscar Casaleiro que guiou os cerca de 35 Auditores e acompanhantes durante a visita.

A visita iniciou-se pelo Pátio dos Bichos, local por onde habitualmente os convidados do Presidente da República entram para as suas visitas oficiais.

Após uma breve explicação sobre a arquitectura do Palácio iniciámos a visita aos seus interiores. Durante a visita, os Auditores tiveram a oportunidade de colocar várias questões sobre a história do Palácio e de todos aqueles que nele viveram, bem como apreciar tapeçarias de Portalegre, em exposição temporária em algumas das salas.

Foi, ainda, possível visitar o gabinete oficial do Presidente da República, onde se realizam as reuniões de trabalho.

Terminámos com um passeio pelos jardins do Palácio.

Passeio Medieval

A Delegação do Norte da AACDN promoveu, com o seu habitual dinamismo, no passado dia 4 de Junho, um "Passeio Medieval da Sé à Ribeira", que contou com a participação de mais de uma vintena de Auditores.

O jornalista Germano Silva, considerado um dos melhores conhecedores da história da cidade do Porto, foi o cicerone desta visita guiada que teve início na Sé Catedral, seguindo, depois, pelo Centro Histórico e terminando, com um almoço, na Ribeira.

Viagem Anual

A viagem da AACDN este ano, que tem como principal objectivo o aprofundamento da nossa portugalidade, decorrerá de 26 de Agosto a 4 de Setembro, na Malásia Kuala Lumpur, Malaca e Singapura.

Subordinada ao tema "Na senda dos Portugueses...", pretende-se reencontrar os marcos da presença portuguesa em terras asiáticas.

O preço por pessoa, para um mínimo de 20 a 24 pessoas, é de 2.355 Euros.

Um folheto informativo pormenorizado foi já enviado aos nossos Associados.

Sábados Culturais

30 Abril

Expansão do Porto de Sines impressiona Auditores

A Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional efectuou uma visita ao Porto de Sines, a convite da respectiva Administração (APS), tendo constatado a consolidação do projecto como primeira infra-estrutura deste tipo a nível nacional e o significativo desenvolvimento na última década.

A comitiva da AACDN, composta por cerca de três dezenas de elementos e liderada pela Presidente da Direcção, Drª Isabel Meirelles, foi recebida de forma inexcedível pelo Administrador Dr. João Franco, nosso associado e membro do curso 1995/96.

No auditório do Edifício Administrativo, os auditores apreciaram uma detalhada apresentação verbal e gráfica do Porto de Sines e a projecção do filme institucional da APS, SA, a que se seguiu um debate no qual o dirigente empresarial respondeu com clareza e sem reservas a todas as questões.

Particularmente impressionantes foram os dados do crescimento do Porto de Sines, o qual, de simples terminal de combustíveis nos anos 70, aumentou de dimensão e de capacidade, designadamente no que se refere aos granéis sólidos e carga geral, transformando-se, cada vez mais, à escala ibérica e da Europa, num *hub* do grande tráfego marítimo transcontinental. De 380 mil contentores no último exercício deverá passar-se para 1,3 milhões em 2012, sendo que já hoje dali saem 26 comboios por dia, enquanto num ano são movimentados 1.600 navios, numa operação portuária integrada e ininterrupta, isto é, 24 horas por dia, nos 365 dias do ano.

Porto de águas profundas

Com resultados líquidos positivos e provisões prudentes e confortáveis, a APS enfrenta com determinação os desafios da competitividade global com as suas *flat rates*, calados com profundidades de 16 metros, só comparáveis na Europa em dois portos, mas que serão ainda em breve aumentados para 19 metros. Todos os sectores do porto dispõem de áreas de expansão, estando apto a receber os maiores navios do mundo, com capacidade para 14 mil contentores.

Seguiu-se uma visita em autocarro ao Porto de Sines, englobando o circuito os Terminais de Granéis Líquidos, Petroquímico, Multiusos, GNL (Gás Natural Liquefeito) e de Contentores (Terminal XXI), bem como a área dos dois portos interiores - Porto de Pesca e Porto de Recreio, e a Zona de Actividades Logísticas. No final, um almoço no refeitório da Zona de Actividades Logísticas permitiu um agradável convívio. A visita propiciou ainda uma troca de ofertas, tendo a Drª Isabel Meirelles entregue uma medalha de bronze da AACDN ao Dr. João Franco, ao que este retribuiu com uma magnífica peça de porcelana com a imagem da vila de Vasco da Gama.

Vasco Grade, Associado nº 584/96

1 de cada vez

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de quatro décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

O General **Vasco Joaquim Rocha Vieira** nasceu em Lagoa, Algarve, em 16 de Agosto de 1939. Passou grande parte da sua infância em Moçambique, para onde partiu com os pais, com um ano de idade. Depois de ter regressado a Portugal continental entrou para o Colégio Militar, em 1950, onde fez os estudos secundários. Em 1956, ingressou na Escola do Exército, donde saiu Oficial de Engenharia com o curso de Engenharia Civil, tendo sido distinguido com o Prémio Alcazar de Toledo, atribuído ao finalista melhor classificado de todos os alunos da Academia Militar. Foi, também, distinguido com o Prémio Marechal Hermes do Brasil, com idêntico significado. Colaborou na Câmara Municipal de Lisboa, como engenheiro, de 1969 a 1973.

Esteve colocado em diversas unidades e quartéis-generais, tanto no Continente como no Ultramar, onde efectuou duas comissões de serviço: em Angola, de 1965 a 1968, e em Macau, de 1973 a 1975. Foi Professor na Academia Militar, em 1968/69, e no Instituto de Altos Estudos Militares, em 1983/84. Foi Chefe do Estado-Maior do Comando Territorial Independente de Macau, em 1973/74, Secretário-Adjunto para as Obras Públicas e Comunicações do Governo de Macau em 1974/75. Integrou o núcleo original de oficiais das Forças Armadas portuguesas promotor, em 25 de Abril de 1974, da instalação do regime democrático em Portugal, bem como o grupo de oficiais que, em 25 de Novembro de 1975, neutralizou a tentativa de radicalização do jovem regime democrático português. Foi Director da Arma de Engenharia, em 1975/76, e Chefe do Estado-Maior do Exército no período 1976 a 1978, tendo sido, por inerência de funções, membro do Conselho da Revolução.

Foi Representante Militar Nacional junto do Comando Supremo Aliado da Europa / OTAN (NATO Supreme Headquarters Allied Powers in Europe - SHAPE), em Mons, Bélgica, de 1978 a 1982. Foi Subdirector do Instituto de Defesa Nacional e Director dos Cursos de Defesa Nacional, no mesmo Instituto, de Julho de 1984 a Julho de 1986. Foi Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, de Julho de 1986 a Abril de 1991.

Nomeado pelo Presidente Mário Soares, em Abril de 1991, Governador de Macau. Confirmado no cargo em Março de 1996, após a eleição do Presidente Jorge Sampaio, tendo exercido estas funções até à transferência de Macau para a soberania da República Popular da China, em Dezembro de 1999. Foi Director Honorário da Arma de Engenharia e Membro do Conselho Supremo da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar.

É representante de Portugal na ASEF - Fundação Ásia Europa e Vice-Presidente da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa.

Nomeado pelo Presidente Cavaco Silva, é Chanceler das Antigas Ordens Militares. É Membro do Conselho de Honra do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Membro do Advisory Board da New School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa, Membro Conselheiro da Ordem dos Engenheiros, Membro da Academia de Engenharia, Sócio Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Liga dos Combatentes e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Foi agraciado com a Medalha de Ouro da cidade de Lagoa, sua terra natal, distinguido como Cidadão Honorário da cidade de Macau, Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Cavaleiro da Ordem de Santo Sepulco e Membro da Irmandade Militar de Nossa Senhora da Conceição de Lamego.

Frequentou o Curso de Defesa Nacional (1984), sendo o sócio nº 118 da AACDN.

O Desporto ocupou uma parte importante da sua vida. Com efeito, foi dirigente do CDUL - Centro Desportivo Universitário de Lisboa e praticante desportivo de várias modalidades, nomeadamente atletismo, futebol, râguebi, paraquedismo, mergulho, ténis e golfe. Foi campeão universitário nacional de futebol e de râguebi e campeão nacional de páraquedismo desportivo.

Ao longo da sua carreira foi agraciado com várias condecorações nacionais e estrangeiras: Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, Comendador da Ordem Militar de Aviz, Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, Medalha de Serviços Distintos (Ouro e Prata), Medalha de Mérito Militar (1ª. e 3ª. Classes) e Medalha de Comportamento Exemplar (Ouro e Prata); Grande Oficial da Ordem de Leopoldo da Bélgica, Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco do Brasil, Ordem de Mérito dos Estados Unidos da América, Comendador da Legião de Mérito de França e Grã-Cruz da Ordem do Tesouro Sagrado do Japão.

É casado com Maria Leonor de Andrada Soares de Albergaria e tem três filhos: o Pedro, o João e o Filipe.

Dona Berta

www.donaberta.pt

Vinha Centenária
Castas Antigas

HERNANI VERDELHO
Dona Berta
QUINTA DO CARRENHO

HERNÂNI VERDELHO

RUA DOS ACTORES, 6-3.A 2685-182 PORTELA LRS
T: +351 214 027 397 F: +351 219 435 024
TM +351 935 555 666 / +351 938 915 714

hernaniverdelho@netcabo.pt

Visite o nosso site em:
www.aacdn.pt

Consulte o nosso Blog através de:
http://aacdn-aacdn.blogspot.com

Tenha acesso ao Facebook:
http://www.facebook.com/profile.php?ref=profile&id=100000410894217#!/
profile.php?id= 100001030620 89&v=info&ref=ts

Visite-nos em:
Praça do Príncipe Real, 23 - r/c Dtº, 1250-184 Lisboa
Telefone: 00351 21 346 5888